

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM PORTUGAL, E DE PORTUGAL NO ESTRANGEIRO FEITO, NA SUA MAIORIA, POR GRUPOS ECONÓMICOS SÃO PRINCIPALMENTE APLICAÇÕES FINANCEIRAS, MUITAS DELAS ESPECULATIVAS**RESUMO DESTE ESTUDO**

O ministro das Finanças, Victor Gaspar, com o seu ar limitado de aluno submisso interessado apenas em ter contas certas, para estar nas boas graças do ministro alemão das Finanças, mas nada preocupado com a situação dos portugueses e com a destruição da economia que está a provocar, e também o pensamento económico ultraliberal dominante quer no governo quer nos principais media, têm defendido o investimento estrangeiro em Portugal como a solução para os problemas do país. Para conseguir isso (dizem eles), têm vendido a saldo as participações do Estado em empresas importantes (EDP, REN) assim como tencionam vender as empresas públicas que ainda restam (TAP, CTT, etc.) a estrangeiros. No entanto, como revelam os próprios dados do Banco de Portugal, a esmagadora maioria do investimento estrangeiro em Portugal são aplicações financeiras, muitas de natureza especulativa que visam a obtenção de ganhos elevados e rápidos. Também o investimento de grupos económicos “portugueses” no estrangeiro, que deixaram de investir em Portugal têm, na sua maioria, as mesmas características e objectivos (são aplicações financeiras visando ganhos elevados e rápidos)

No fim de 2011, segundo o Banco de Portugal, o investimento estrangeiro em Portugal, na sua esmagadora maioria feito por grupos económicos e financeiros, atingia 468.806 milhões €, sendo investimento directo em empresas apenas 84.268 milhões € (18% do total); o restante, ou seja, 384.537 milhões € (82%) eram aplicações financeiras (em acções, em títulos da dívida pública, etc.) com o objectivo de obter ganhos elevados e imediatos. Também no fim de 2011, o investimento “português” no estrangeiro, maioritariamente realizado por grupos económicos, que deixaram de investir em Portugal mas que teve como fonte rendimentos gerados no país, atingia 276.830 milhões €, sendo apenas 19% (52.594 milhões €) investimento directo em empresas, enquanto 224.236 milhões € (81% do total) eram, na sua maioria, aplicações financeiras visando ganhos elevados e rápidos. É evidente que os grupos económicos tanto estrangeiros como “portugueses” estão muito mais interessados em investimentos financeiros, muitos deles especulativos, do que em investimentos produtivos. Será que Victor Gaspar e Passos Coelho, assim como os arautos do pensamento económico dominante, conhecem esta realidade quando, com tanto empenho, defendem o investimento estrangeiro em Portugal e o investimento de Portugal no estrangeiro, e quando o utilizam como justificação para vender a saldo as participações do Estado em empresas importantes e mesmo empresas públicas? Porventura saberão que estão a promover fundamentalmente o investimento financeiro, muito dele especulativo, como revelam os próprios dados do Banco de Portugal?

Esta situação ainda se torna mais clara quando se analisam os fluxos de rendimentos que aqueles investimentos geram. No período 2000/2011, foram transferidos de Portugal para o estrangeiro rendimentos que totalizaram 165.190 milhões €, o que corresponde a cerca do valor do PIB de um ano, provocando uma elevada descapitalização do país. Deste total, apenas 44.788 milhões €, ou seja, 27,1% teve como origem investimento directo realizado em empresas em Portugal; e 116.706 milhões €, ou seja, 70,6% dos rendimentos transferidos para o estrangeiro no período 2000/2011 teve como origem investimentos financeiros, muitos deles especulativos feitos em Portugal. Durante o mesmo período de tempo (2000/2011), Portugal recebeu do estrangeiro, como consequência dos investimentos realizados, 99.104 milhões €, ou seja, menos 66.086 milhões € do que o transferido para o estrangeiro durante o mesmo período. E 72.969 milhões €, isto é, 73,6% dos rendimentos recebidos, teve como origem rendimentos resultantes de aplicações financeiras, na sua maioria investimentos especulativos. Apenas 23.838 milhões €, ou seja, 24,1% dos rendimentos recebidos do estrangeiro teve como origem investimentos directos em empresas. É desta forma que se está a fazer a internacionalização dos grupos “portugueses” tão elogiada pelo pensamento económico dominante e pelos sucessivos governos.

A esmagadora maioria destes rendimentos estão isentos do pagamento de qualquer imposto em Portugal. A aplicação de uma taxa de IRS só sobre os rendimentos transferidos para o estrangeiro resultantes de aplicações financeiras em Portugal igual à que pagam os cidadãos nacionais e de uma sobretaxa de 10% sobre os dividendos distribuídos, visando impedir a descapitalização das empresas e promover o investimento produtivo e a criação de emprego, por ex., teria dado ao Estado uma receita fiscal adicional, no período 2000/2011, que estimamos em 32.423 milhões €, ou seja, em média 2.702 milhões € por ano. Numa altura em que se impõem tantos sacrifícios aos trabalhadores e pensionistas portugueses, seria mais que justos exigir àqueles que obtêm elevadíssimos rendimentos de uma forma tão fácil que pagassem IRS igual ao que é pedido à maioria dos portugueses. Só a cegueira e a insensibilidade deste governo provocada por um política de classe pode impedir que veja as desigualdades e os sofrimentos causados.

Contrariamente à ideia que muitas vezes existe, e à mensagem que o governo e os defensores do pensamento económico ultraliberal dominante pretendem fazer passar junto da opinião pública, nomeadamente nos media, tanto o investimento estrangeiro em Portugal, como o aquele que os grupos económicos a operar em Portugal fazem no estrangeiro, não é investimento produtivo directo em empresas, mas sim aplicações financeiras que visam a obtenção de ganhos elevados e imediatos. O quadro 1, construído com dados divulgados pelo Banco de Portugal relativamente ao período 2000/2011, mostra com clareza a estrutura dos investimentos realizados tanto em Portugal como no estrangeiro.

Quadro 1- Investimento “português” no estrangeiro, e investimento estrangeiro em Portugal

ANOS	INVESTIMENTO DE PORTUGAL NO ESTRANGEIRO - Milhões €					INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM PORTUGAL Milhões €				
	Directo	De carteira	Outro Investimento	TOTAL	Directo % do TOTAL	Directo	De carteira	Outro Investimento	TOTAL	Directo % do TOTAL
2002	19.836	59.354	84.665	163.856	12,1%	42.526	71.455	133.375	247.356	17,2%
2003	26.473	77.182	89.541	193.196	13,7%	47.998	86.500	142.265	276.763	17,3%
2004	32.855	88.373	89.451	210.678	15,6%	49.142	99.627	153.015	301.784	16,3%
2005	37.359	110.531	93.440	241.330	15,5%	55.606	129.474	169.562	354.642	15,7%
2006	40.862	121.750	106.335	268.947	15,2%	66.787	147.531	186.279	400.597	16,7%
2007	45.994	129.470	115.562	291.026	15,8%	78.333	166.310	204.740	449.383	17,4%
2008	45.272	126.713	103.488	275.474	16,4%	71.833	180.146	197.552	449.531	16,0%
2009	47.530	146.248	103.610	297.387	16,0%	79.626	216.297	198.431	494.355	16,1%
2010	49.942	145.797	110.848	306.586	16,3%	83.585	197.108	225.630	506.322	16,5%
2011	52.594	115.630	108.606	276.830	19,0%	84.268	145.244	239.293	468.806	18,0%

FONTE: Boletins Estatísticos - Banco de Portugal

No período 2002/2011, o valor dos investimentos no estrangeiro realizados, na sua maioria, pelos grupos económicos e financeiros a operar em Portugal variou entre 163.856 milhões (2002) e 306.586 milhões € (2010), representando o investimento directo em empresas uma percentagem que variou apenas entre 12,1% (a percentagem mais baixa) e 19% do total (a percentagem mais alta); o restante, ou seja, entre 87,9% e 81%, isto é a esmagadora maioria foram aplicações financeiras (acções, obrigações, títulos da dívida pública, etc.) cujo objectivo é a obtenção de ganhos elevados e rápidos. Situação semelhante se verifica em relação ao investimento estrangeiro em Portugal. No período 2002/2011, o valor anual do investimento estrangeiro em Portugal variou entre 247.356 milhões € (2002) e 506.322 milhões € (2010), sendo o investimento directo em empresas uma pequena parte (apenas entre 16% e 18%) do total do investimento estrangeiro em Portugal, sendo o restante (entre 84% e 82%) aplicações financeiras.

Se a análise se limitar apenas ao ano de 2011, portanto um ano recente, as conclusões anteriores continuam a ser válidas. Assim, no fim de 2011, o investimento realizado no estrangeiro por grupos económicos e financeiros a operar em Portugal atingia 276.830 milhões €, sendo o investimento directo em empresas apenas 52.594 milhões €, ou seja, 19% do total, enquanto 224.236 milhões € (81% do total) eram aplicações financeiras. E inversamente, em 2011, o investimento estrangeiro em Portugal atingia 468.806 milhões €, sendo investimento directo em empresas apenas 84.268 milhões € (18% do total); o restante, ou seja, 384.537 milhões € eram aplicações financeiras com o objectivo de obter ganhos elevados e imediatos.

Se analisarmos os fluxos de rendimentos provocados por estes investimentos, eles alcançam valores extremamente elevados e têm estrutura semelhante. Segundo dados divulgados pelo Banco de Portugal, no período 2000/2011, foram transferidos para o estrangeiro rendimentos que totalizaram 165.190 milhões €, e foram recebidos do estrangeiro rendimentos que somaram 99.104 milhões €, ou seja, menos 66.086 milhões € que o transferido para o exterior. Por outro lado, dos 165.190 milhões € transferidos para o estrangeiro no período 2000/2011, apenas 44.788 milhões € (27,1% do Total) tiveram como origem investimento directo em empresas em Portugal; os restantes 116.708 milhões € (70,6%) resultaram de aplicações financeiras. Se a mesma análise for feita em relação aos 99.104 milhões € de rendimentos recebidos do estrangeiro, durante o mesmo período, conclui-se que apenas 24,1% (23.838 milhões €) tiveram como origem investimento directo em empresas no estrangeiro, enquanto 73,6% , ou seja, 72.969 milhões € resultaram de aplicações financeiras feitas no estrangeiro. Tanto num caso como no outro, a preferência dos grupos económicos e financeiros é por investimentos financeiros, muitos deles especulativos, com objectivo de obter ganhos elevados e imediatos, em prejuízo do investimento

directamente produtivo. Desta forma, os grupos económicos e financeiros contribuem para a *financeirização* da economia, e para o “*capitalismo de casino*”, apropriando de uma parte significativa do valor criado pelas empresas produtivas e por aquele que o Estado arrecada às famílias e demais contribuintes (segundo o Relatório do Orçamento do Estado para 2012 que foi aprovado, em 2012, o Estado vai despende com juros e outros encargos financeiros 8.013 milhões €, mais do que vai gastar com o Serviço Nacional que é 7.498 milhões €, ou que vai transferir para a Segurança Social que é 6.457 milhões €)..

A quase totalidade dos 165.190 milhões € de rendimentos transferidos para o estrangeiro no período 2000/2012 não pagaram qualquer imposto em Portugal. Se fosse aplicada a estes rendimentos a mesma taxa de IRS que é aplicada se fossem recebidos por contribuintes individuais (20% sobre mais valias, e 21,5% em 2012; 25% sobre juros e outros rendimentos e, em 2012:, 26,5%), e 10% sobre os dividendos distribuídos, para desincentivar o seu levantamento e, conseqüente, descapitalização das empresas, e promover o investimento produtivo e a criação de emprego, o Estado teria obtido uma receita fiscal adicional que estimamos em 32.423 milhões €, o que dividido por 12 anos (2000/20011) dá uma média 2.702 milhões € por ano. E não referimos os 99.104 milhões € recebidos do estrangeiro durante este mesmo período. Quando se exigem tantos sacrifícios aos trabalhadores e pensionistas portugueses, exigir a estes grupos que pagassem o mesmo valor de IRS que é exigido à maioria dos portugueses, o que certamente contribuiria para aliviar a carga fiscal brutal que incide sobre os portugueses e para reduzir as dificuldades do Estado, seria certamente mais que justo. Só a insensibilidade social e humana total deste governo e a cegueira motivada por razões de classe, orientada em defender os interesses dos grupos económicos e financeiros, é que o poderá impedir de ver as desigualdades e o sofrimento que está a provocar.

Eugénio Rosa
24.5.2012
edr2@netcabo.pt